

CARTA DE RECIFE DAS LÍNGUAS DOS POVOS INDÍGENAS: UM CHAMADO ANCESTRAL

Documento Final do IV Seminário Internacional Viva Língua Viva
Recife - Pernambuco, 21 de agosto de 2026

Nós, povos indígenas e parceiros reunidos no IV Seminário Internacional Viva Língua Viva na Universidade Federal de Pernambuco, entre os dias 18 a 21 de agosto, escrevemos esta carta não apenas com palavras, mas com sopros antigos, com cantos que atravessam rios, com memórias guardadas na terra e nos corpos de nossos povos.

Ao chegarmos na metade da década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e conduzida pela UNESCO juntamente com os povos indígenas, afirmamos que este tempo não é apenas uma agenda internacional: é um tempo espiritual de reparação histórica. É tempo de que o pensamento indígena oferece ao mundo a noção de bem viver (*Sumak Kawsay*, *Teko Porã*, *Nhandereko*), que não busca apenas sobreviver, mas viver em equilíbrio com o todo, como política de vida. Nessa perspectiva, a cosmovisão indígena é expressa pelo espírito da língua, que habita o cosmos e se manifesta nos seus filhos: os povos originários.

Há mais de quinhentos anos resistimos. Sobrevivemos às políticas de silenciamento, às proibições, às punições, às tentativas de apagamento. Guardamos nossa ancestralidade como quem guarda o fogo sagrado: mesmo quando parecia apagado, ele permanecia em brasa, esperando o tempo de reacender.

Nossa demanda é urgente porque cada língua que silencia leva consigo uma biblioteca inteira de mundos, de modos de ser, pensar, sentir.

Por isso, afirmamos:

- queremos ocupar todos os espaços onde vivemos: aldeias, cidades, escolas, universidades, instituições públicas. Onde há território indígena, há língua viva.
- Queremos estar nas escolas e na Universidade Indígena. Levaremos nossa mochila cheia de curiosidade sonora, ancestralidade, conhecimentos próprios, ciências da floresta, das águas e do céu. Não levamos ausência, levamos mundos.
- Não queremos que estudantes indígenas precisem ocultar suas línguas para permanecer nesses espaços. Quando uma língua é escondida, uma parte da alma também se recolhe.

Reivindicamos:

1. criação de políticas estruturantes de fortalecimento linguístico, com formação de professores indígenas, produção de materiais didáticos bilíngues, reconhecimento de mestres e mestras de notório saber e financiamento contínuo para revitalização linguística.

2. Apoio e fomento à criação de programas que promovam a transmissão intergeracional das línguas indígenas na primeira infância.
3. Apoio à criação de um programa de línguas, memória e tecnologias, a partir de intercâmbios com iniciativas de outros lugares do mundo.
4. Fomento à criação e fortalecimento de Centros Linguístico-Culturais Indígenas, Casarão Cultural ou outras iniciativas similares com apoio do Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Cultura.
5. Consolidação de leis como a de reconhecimento da profissão de Tradutores e Intérpretes de línguas indígenas e línguas indígenas de sinais e a criação de legislação de direitos linguísticos específica para essas línguas à semelhança do que existe em outros países com grande diversidade linguística de línguas ameríndias como o México, a Bolívia e o Peru. Para tanto, devemos avançar na proposição de aldear a política e constituir legislaturas e mandatos que pautem as línguas indígenas e o multilinguismo.
6. Parceria com agências de fomento, instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais para fomentar a criação de editais específicos para apoiar projetos de vitalização, revitalização, retomada e manutenção das comunidades indígenas com suas línguas, que permitam o uso de seus financiamentos para atividades e projetos em territórios tradicionais de povos brasileiros e em contextos transfronteiriços.
7. Apoio à criação de centros de documentação comunitários e discutir estratégias de repatriação de documentos, artefatos, acervos linguísticos e de artes verbais que estejam em museus e instituições estrangeiras.
8. Fortalecimento e ampliação do Programa de desenvolvimento Acadêmico Indígena na Pós-Graduação (PDAI).
9. Construção da Universidade Indígena fundamentada epistemologicamente a partir dos conceitos e ontologias de língua dos povos indígenas, de maneira a fomentar a criação de políticas linguísticas específicas para a promoção e fortalecimento das línguas indígenas, a fim de garantirmos o direito linguístico dos povos indígenas, e construirmos uma legislação que garanta esse direito.

Nossas línguas não são apenas instrumentos de comunicação. São modos de pensar o tempo, de organizar a vida, de curar, de educar, de celebrar e de decidir coletivamente. São territórios espirituais. Quando uma língua vive, o Brasil se amplia. Quando uma língua morre, o Brasil se empobrece.

Encerramos esta carta como iniciamos: não falamos sozinhas. Falamos com a voz dos ancestrais que resistiram para que hoje pudéssemos escrever. Falamos com a voz das crianças que ainda irão nascer e que têm o direito de aprender a nomear o mundo na língua de seus povos.

Que este chamado seja ouvido não apenas como documento administrativo, mas como chamado ancestral.

Instituições:

Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas

Grupo de Trabalho das Línguas Indígenas de Sinais

Associação Brasileira de Linguística

Universidade Federal de Pernambuco

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Universidade Católica de Pernambuco

Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Universidade do Estado da Bahia

Universidade Estadual Sudoeste da Bahia

Universidade Estadual de Feira de Santana

Universidade Federal de Alagoas

Universidade Federal de Sergipe

Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal do Piauí

Universidade Estadual do Maranhão

Universidade Federal de Campina Grande

Universidade Federal do Sul da Bahia

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

Universidade Federal do Cariri

Universidade Federal do Ceará

Universidade Católica Dom Bosco

Centro Universitário Brasileiro

Universidade Regional do Cariri

Universidade Estadual do Ceará

Universidade Federal do Pará

Universidade Federal de Rondônia

Universidade Federal do Oeste do Pará

Universidade Federal do Amapá

Universidade Federal do Tocantins

Universidade Federal do Amapá

Universidade Federal Rural da Amazônia

Universidade Federal do Amazonas

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Universidade do Estado do Pará

Universidade de Brasília

Universidade Federal de Mato Grosso

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Universidade do Estado de Mato Grosso

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Universidade Estácio de Sá
Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Centro Universitário de Patos
Universidade Federal de Ouro Preto
Universidade Estadual de Montes Claros
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Instituto Federal de São Paulo
Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de São Carlos
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal Fluminense
Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Paraná
Museu da Língua Portuguesa
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
Secretaria de Educação de Pernambuco
Coordenação de Educação Escolar Indígena do Estado da Bahia
Centro de Estudios y Desarrollo de Las Lenguas Indígenas de Oaxaca - México
Cooperativa Tosepan Titataniske - México
Fundación para la Educación en Contextos de Multilingüismo y Pluriculturalidad - Funproeib
Andes
University of Massachusetts - Amherst
University of Oregon
University of Turku
California State University - Los Angeles
Universiteit Gent